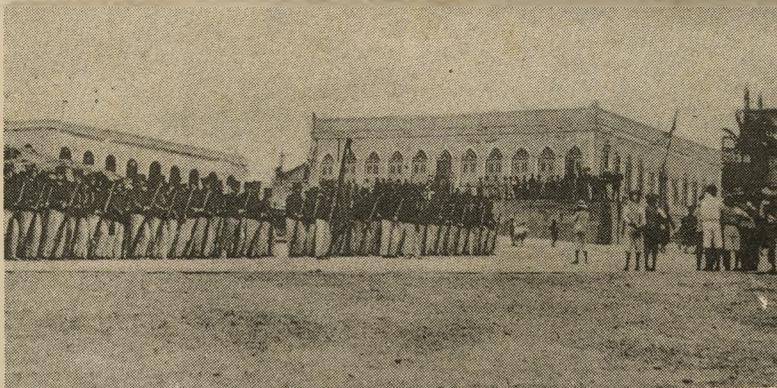


Memória

SETOR DE PÊSQUISA

Natal há 90 anos

Guarda de Honra do pátio em frente ao Congresso do Estado, hoje OAB. Ao fundo, os prédios do Mercado Público, Atheneu e Igreja Presbiteriana.



Fatos marcantes

01.08.1912 — Inauguração do isolamento de tuberculosos S. João de Deus, nas Quintas recolhendo os indigentes tuberculosos. O Decreto 1.196 de 14 de Maio de 1943, criou o Sanatório Getúlio Vargas, no local.

01.08.1919 — Tem início a construção da rodovia que liga as cidades de Mossoró a Assu, sob a direção do comitê Pró-flagelados, aproveitando o primitivo traçado da velha estrada concluída em 1852.

01.08.1942 — O 16º Regimento de Infantaria foi criado pelo decreto-lei nº 3.344, de 12 de Junho de 1942, instalando-se a 1º de Agosto de 1942, com aproveitamento de oficiais e pra-

ças do 29º BC e 11º BC de Minas Gerais.

01.08.1970 — Pelo transporte "Marcílio Dias" chegam os primeiros voluntários da Pátria, regressando do Paraguai. Eram 14 oficiais e 192 soldados.

01.08.1981 — O ministro da Justiça inicia a fase preliminar de consulta às oposições sobre a reforma eleitoral e visita o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

01.08.1984 — A Frente Liberal ratifica a candidatura de Sarney à vice-presidência na chapa de oposição.

Patrimônio potiguar

Alúísio de Andrade Moura

Alúísio de Andrade Moura nasceu em Natal em 1905.

Sentou praça no Exército em Janeiro de 1923, tornando-se aspirante-a-oficial em janeiro de 1928. A partir desse ano serviu no 29º Batalhão de Caçadores (29ºBC), sediado em Natal, sendo promovido, ainda em agosto, a segundo-tenente e, em agosto de 1930, a primeiro-tenente.

Após ter participado da Revolução de 1930, em janeiro do ano seguinte, quando ocupava o cargo de comandante do Regimento da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, assumiu interinamente a interventoria federal no Estado em substituição a Irineu Jofily, por indicação de Juarez Távora, então a mais prestigiada autoridade do Nordeste. Efetivado em março do mesmo ano, permaneceu no cargo até junho seguinte, após haver decretado as regras iniciais da administração revolucionária, dando os primeiros passos para a restauração financeira do Estado. Foi então substituído por Herculino Cascudo.

Promovido a capitão em



Alúísio Moura

outubro de 1934, em 1936 serviu no 22º BC, sediado em João Pessoa, no 25º BC, em Teresina, no 24º BC, com sede em São Luís, permanecendo nesse último até 1938. Transferido no ano seguinte para o 5º Regimento de Infantaria (RI), em Pindamonhangaba (SP), frequentou, ainda em 1939, a Escola de Armas, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, permanecendo desse ano até 1942 à disposição do interventor federal no Maranhão, Paulo Martins de Souza Ramos, como comandante de polícia daquele Estado.

Promovido a major em setembro de 1943, serviu no 16º RI, em Natal, e ainda nesse ano, tornou-se comandante da 24ª Circunscrição de

Recrutamento, também em Natal, exercendo essa função até 1946. De então até 1951 comandou a Força Policial do Rio Grande do Norte e, nesse ínterim foi promovido em setembro de 1950 a tenente-coronel. Entre 1952 a 1953 permaneceu à disposição do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, tendo atuado na Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap). Ainda em 1953 serviu no gabinete do ministro do Trabalho, João Goulart, transferindo-se no ano seguinte para a Diretoria Geral de Pessoal do Exército. Promovido a coronel em março de 1955, foi reformado no posto de general-de-brigada em junho do ano seguinte.

Em 1962 tornou-se presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP). Ingressou na política partidária filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas não chegou a disputar cargos eletivos.

Publicou um Relatório das atividades comunistas no RN (1947).

NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A Avenida Junqueira Aires, em Natal (I Parte)

Jeanne Fonseca Leite Nesi
Arquiteta e diretora do Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto

Até o início do século XVIII, a Ribeira era uma região pantanosa, alagada por um braço do Rio Potengi. Os limites da cidade eram marcados pelas cruzeiras chantadas na Santa Cruz da Bica, ao sul e uma outra ao norte, no local atualmente conhecido como Praça das Mães, bifurcação da avenida Junqueira Aires e rua Padre João Manuel.

A primeira referência documental sobre o "caminho que ia para a Ribeira", a atual avenida Junqueira Aires, data de 3 de julho de 1716, quando o Senado da Câmara de Natal concedeu terreno ao ajudante Matias Quaresma, que "queria fazer duas moradas de casas, ao sopé do Outeiro e caminho que vai para a Ribeira desta cidade, na paragem aonde chamam a Tapera de Maria de São Tomé".

Durante quase um século, aquele caminho ficou conhecido como a rua da Ladeira da Cruz, situando-se entre os dois únicos bairros natalenses de então: a Cidade Alta e a Ribeira.

Ao longo de todo o século XVIII, há referências a concessões de terras na Ladeira da Cruz. Naquele período, 27 requerimentos foram deferidos pelo Senado da Câmara de Natal, a pessoas interessadas em construir casas naquela ladeira.

No requerimento formulado por José dos Santos, de 4 de junho de 1729, há alusão à existência de coqueiros e cajueiros naquele antigo e tradicional logradouro público. Vicente Rodrigues Viana, em 20 de fevereiro de 1735, fazia referência ao mangue e ao baldo, presentes na Ribeira.

Em 15 de novembro de 1747, já era registrada a existência de uma ponte sobre o alagado da Ribeira. Novas referências sobre o mangue, a ponte e as salinas que aproveitavam as águas salgadas do braço do rio, são feitas no requerimento de concessão de terras formulado pelo Condestável da Fortaleza dos Reis Magos, Francisco Corrcia de Araújo, em 15 de junho de 1748. Em 1º de outubro de 1765, Matias Ferreira referia-se à existência da Cacimba de São Tomé.

O documento de concessão de terras, pelo Senado da Câmara do Natal, feita a João da Costa Santiago, em 11 de dezembro de 1782, referia-se ao "aterro da Ladeira". Em 12 de maio de 1790, Fidélis José da Rocha, como proprietário de terras na Ladeira da Cruz desde 13 de fevereiro do mesmo ano, re-

queria "terras desapropriadas e inúteis para edifícios pelas concavidades ignotas que em si têm... cercando-as para plantas e legumes, que por este tempo costumam neste Continente florescer e fecundar com utilidade..."

No século passado houve concessão de terras a 6 beneficiários, na então Rua do Aterro. Primeiramente o capitão Luís José de Medeiros, em 22 de abril de 1809, "na rua que desce para o aterro... por onde passa o comércio que vai para a várzea da dita Ribeira". O último registro de concessão de terra naquele logradouro, data de 20 de novembro de 1824, cujo beneficiário foi Bernardo Luís Álvares.

Até a primeira metade do século passado existiram poucos moradores na Ladeira. Em 9 de dezembro de 1859 foi expedido pelo Palácio do Governo, um ofício assinado por João José de Oliveira Junqueira, dirigido aos vereadores da Câmara Municipal do Natal. O referido ofício recomendava a construção de casas particulares no lado do poente da Rua do Aterro — até o rio, local considerado "próprio para edifícios de casas particulares em um bairro comercial que tanto carece delas". Entretanto, exigia-se que fossem respeitados os alinhamentos das casas já existentes e conservado um espaço de 60 palmos, entre as edificações e o rio, visando à construção de uma rua e do cais.

Recomendava-se também que os moradores de tais casas ficassem obrigados a fechar os seus quintais com muros. O alinhamento dos muros deveria ser rigorosamente regular e em uma das extremidades do aterro ficaria uma rua com 50 palmos, comunicando-se com o cais.

Até o último quartel do século passado, aquela rua recebeu sucessivas denominações: Aterro, Ladeira, Subida da Ladeira, Rua da Cruz. O dr. Manuel Januário Bezerra Montenegro, vice-presidente da Província, em exercício, referia-se àquele logradouro como sendo a Rua da Cruz, em seu Relatório de 4 de dezembro de 1878.

O decreto municipal de 13 de fevereiro de 1888, conservou o mesmo topônimo.

FONTES: "Terra Natalense", de Olavo de Medeiros Filho. Natal: Fund. José Augusto, 1991; "História da Cidade do Natal", de Luís da Câmara Cascudo, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980; "Documentos Avultos do Paço da Câmara Municipal de Natal". Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº218.

